



**COESÃO, MIGRAÇÃO E POSICIONAMENTO PARTIDÁRIO NA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO NA LEGISLATURA
1999 A 2003**

Humberto Dantas*

Resumo: A Ciência Política tem se preocupado nos últimos anos em compreender o comportamento dos partidos políticos no interior do Poder Legislativo. Ao contrário do que afirma a opinião pública, seria possível encontrar lógica na atuação das legendas? O que seria capaz de explicar uma eventual ordem? Na Câmara dos Deputados, estudos comprovam que os partidos agem conforme as indicações de suas lideranças. Mas como funcionam as Assembleias Legislativas? O intuito desse artigo é verificar como se comportam as bancadas partidárias na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, notando que além do comportamento dos parlamentares em torno das votações nominais, houve a preocupação de avaliar o que ocorre com a atuação do deputado estadual que muda de partido.

Palavras-chave: coesão partidária, migração partidária, infidelidade partidária, Poder Legislativo e Assembleia Legislativa.

Abstract: In the last couple of decades, Brazilian political science has studied how political parties behave inside legislatures. Do they behave rationally or not? What variables explain their rational or irrational behavior? Although we know that in the federal Câmara dos Deputados backbenchers follow party leaders, we know much less about how this relationship is carried out in state legislatures. This article analyzes how parties behave in São Paulo's State Legislature both regarding roll-call votes and deputies who switch parties.

Keywords: party cohesion, partisan fidelity, party switching, State Legislatures, Legislative Branch

* Humberto Dantas é mestre e doutor em Ciência Política pela USP, professor do curso de pós-graduação em Gestão do Poder Legislativo da USP em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, onde também coordena o curso livre de Ciência Política (hdantas@usp.br)

1 Introdução

Alguns trabalhos na Ciência Política brasileira vêm se preocupando em verificar lógica no comportamento dos partidos políticos. As tentativas mais conhecidas medem tal comportamento por intermédio da celebração de coligações, pelo comportamento dos parlamentares na Câmara dos Deputados ou pelo sentimento do eleitorado em relação a essas organizações. O tema parece distante de uma resposta definitiva, e o debate divide os estudiosos entre aqueles que entendem que o quadro partidário brasileiro dá sinais consistentes de institucionalização e os que não corroboram essa ideia. Diferentes metodologias resultam formas distintas de interpretar o problema, mas não representa o foco central desse trabalho uma análise acurada da bibliografia sobre os partidos no Brasil, tampouco uma discussão sobre a teoria dos partidos políticos.

Nos casos em que o Poder Legislativo é utilizado como arena para a realização de estudos sobre a institucionalização dos partidos a atenção maior se concentra na esfera federal, ou seja, como as legendas se comportam na Câmara dos Deputados ou no Congresso Nacional. O foco principal desse trabalho está direcionado especificamente para o Legislativo estadual de São Paulo. Seu principal objetivo pode ser dividido em duas partes. Em ambos os casos, o intuito principal é o comportamento dos deputados estaduais paulistas da legislatura que tomou posse em março de 1999 e terminou em março de 2003. Algumas relações com a bibliografia existente serão feitas, mas o principal compromisso é processar a análise dos dados obtidos com a utilização de diferentes metodologias.

- 1) Na primeira parte do trabalho o principal intuito é desvendar se existe alguma lógica no comportamento dos parlamentares nas votações nominais e verificações de votação. “Livres” para se posicionar, os deputados respeitam alguma tendência partidária? Essa lógica tem alguma relação com o espectro ideológico? Ou o posicionamento está mais relacionado aos acordos das legendas com o Poder Executivo? Além disso, os partidos votam unidos na Assembleia Legislativa, ou seja, o comportamento dos deputados costuma indicar uma tendência de uniformidade? Existem legendas que votam mais unidas que outras?
- 2) Na segunda parte do trabalho serão analisadas as consequências de uma característica do sistema político brasileiro e sua relação com o comportamento dos parlamentares nas votações nominais e verificações de votação. A **infidelidade partidária** altera de maneira significativa o comportamento dos deputados estaduais? Ou seja, a partir do momento que um parlamentar troca de legenda no decorrer do mandato sua ligação com os outros parlamentares muda? Isso pode, de alguma forma, alterar o desenho geral das relações entre os parlamentares?

Para tentar encontrar respostas consistentes às questões acima apresentadas foram obtidas todas as votações nominais e as verificações de votação da legislatura iniciada em

março de 1999 e findada em março de 2003. Como a maioria das votações da Assembleia Legislativa resulta de acordos de liderança, no período analisado ocorreram “apenas” 160 votações abertas – sendo 12 votações nominais e 148 verificações de votação.

Desse conjunto de votações, 89 geraram resultados definitivos, ou seja, foram aprovadas ou rejeitadas. As demais consultas não atingiram quantidade suficiente de posicionamentos contrários (não) ou favoráveis (sim), o que de acordo com as normas legislativas pode significar novo pedido de votação. Nesse caso, foi possível notar que em parte considerável das verificações de votação, os deputados estaduais se abstiveram, ou não compareceram à sessão. Com relação à ausência em plenário, nenhuma votação contou com 100% de presença dos 94 deputados estaduais de São Paulo. A média de comparecimento dos parlamentares às votações é de 66,2% - ou 62 deputados. Essa média sobe para 71,4% (67 deputados) quando considerados apenas os projetos que obtiveram algum resultado final: aprovado ou rejeitado. Para a realização desse trabalho foram utilizadas apenas as 89 votações que resultaram em aprovação ou rejeição por parte da Assembleia. Apesar de todo o material ter sido digitado, a falta de um posicionamento definitivo, marcado pelo alto índice de abstenção, gerou inconsistência nos resultados e justificam essa opção metodológica.

2 O Comportamento Partidário

O objetivo dessa parte do trabalho pode ser dividido em duas etapas, apresentadas em forma de questões: 1) os parlamentares votam da mesma forma que seus colegas de partido na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP? 2) existe alguma lógica no comportamento dos parlamentares que permite uma leitura relacionada ao espectro ideológico ou ao posicionamento em relação ao Poder Executivo no Estado de São Paulo?

Para responder a primeira questão foram utilizados três métodos para medir a adesão dos partidos na Assembleia Legislativa. 1) Foi obtido o percentual médio de adesão - em cada um dos partidos – em relação ao comportamento mais frequente nas votações. Ou seja: qual percentual de deputados de uma legenda posicionou-se da mesma forma? 2) Qual o percentual médio de adesão dos parlamentares ao posicionamento do líder do partido, que, hipoteticamente, representa a opinião da legenda acerca de um determinado assunto? 3) Qual o percentual de coesão entre os deputados presentes em plenário, ou seja, somente entre aqueles que participaram das votações? No quadro 1 também foi apresentada uma linha onde estão as médias percentuais de ausência.

Os resultados do quadro 1 trazem apenas os partidos que tiveram três ou mais parlamentares na Assembleia Legislativa. Quando uma determinada legenda deixava de contar com esse número mínimo – em virtude da infidelidade partidária – o período era desconsiderado a partir daquele momento, e eventualmente retomado em caso de ampliação da bancada.

Quadro 1 – Percentual de coesão ao posicionamento do líder ou à maioria do partido

	PPB	PFL	PL	PTB	PSDB	PMDB	PPS	PSB	PDT	PT
Junto com a liderança	54,63	69,80	60,05	68,99	69,29	75,63	71,91	59,13	73,50	73,43
Como a maioria	65,81	74,28	69,55	75,06	70,78	78,47	74,53	69,97	76,82	75,04
Apenas os presentes	85,77	97,19	94,43	96,72	98,19	99,07	96,40	95,10	90,62	99,29
Ausência	44,31	29,93	39,98	23,74	26,87	23,90	30,60	34,79	16,26	24,56

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tabulações especiais para os fins desse trabalho

De acordo com os resultados do quadro 1, o percentual de parlamentares que se posiciona de acordo com a maioria do partido ou com suas lideranças é significativamente alto. Apesar de utilizar um método diferente, a tal fenômeno Limongi e Figueiredo (1995) dão o nome de coesão. No caso do estudo em questão os autores se concentraram no congresso brasileiro, e encontraram índices de adesão semelhantes às tendências partidárias verificadas na terceira linha da tabela – que considera o posicionamento dos parlamentares presentes em plenário. Nesse sentido, não é possível considerar pouco coesos os dez maiores partidos representados na ALESP entre 1999 e 2003.

O quadro 1 divide os partidos de acordo com um posicionamento ideológico bastante aceito na Ciência Política brasileira: PPB, PFL, PL e PTB à direita; PSDB e PMDB ao centro; e PPS, PSB, PDT e PT à esquerda. As médias utilizadas revelam que o partido mais coeso, se considerado o comportamento em relação à maioria, é o PMDB (78,47%). Em contrapartida, o PPB (65,81%) obteve o mais baixo índice nesse quesito. No que diz respeito à coesão em torno da posição do líder do partido, o índice maior também pertence ao PMDB: 75,6% e o menor ao PPB (54,63%). A posição de destaque do PMDB deve ser minimizada pela redução significativa que o partido sofreu ao longo da legislatura. Sua bancada foi reduzida, a partir de outubro de 2001, a dois parlamentares. A partir desse momento a legenda deixou de ser considerada nos cálculos. Os partidos que mantiveram pelo menos três parlamentares presentes em todas as votações selecionadas são: PFL, PL, PPB, PPS, PSDB, PT e PTB – ou seja, quatro partidos de direita, dois de esquerda e um de centro. Os demais tiveram determinadas votações desconsideradas em certos períodos da análise.

Por fim, quando desconsideradas as ausências no plenário, alguns partidos mostram médias bastante altas de coesão. Nesse caso, são considerados apenas os posicionamentos dos parlamentares que estão presentes à sessão. O efeito arrefece o impulso dos partidos que esvaziam o plenário como estratégia, mas mesmo assim os índices de coesão superam os 85% em todos os casos. Uma vez presentes, os partidos votam juntos. Se o objetivo era diminuir o impacto das constantes faltas dos parlamentares, as sessões em que alguns partidos estavam representados por menos de três deputados foram tiradas da média daquele respectivo partido, isso é, os resultados da linha “apenas os presentes” consideram as votações, por partido, em que a legenda estava representada por três ou mais parlamentares. Nesse caso, o maior índice de

coesão pertence ao PT (99,29%), um resultado bastante significativo. O PMDB e o PSDB também superaram a marca dos 98% de coesão, e apenas o PPB apresenta índice inferior a 90%. A última linha do quadro traz a média de ausências dos parlamentares de seus respectivos partidos. No caso do PPB a média de comparecimento é inferior a 60%, isso significa que a cada votação cerca de quatro décimos dos parlamentares do partido está ausente. Na outra ponta temos o PDT, com apenas 16% de ausência.

Como resposta à primeira pergunta dessa parte do trabalho, podemos supor que existe SIM coesão partidária na Assembleia Legislativa de São Paulo. Os parlamentares costumam agir, no interior de seus partidos, da mesma forma - com médias bastante significativas. É importante lembrar que, assim como Limongi e Figueiredo (1995), Santos e Vilarouca (2004) também encontram disciplina partidária no Legislativo Federal, nesse caso ao longo do primeiro ano do governo Lula.

Para tentar responder à questão da segunda etapa dessa parte do trabalho, será utilizada uma metodologia diferente. O objetivo é identificar uma tendência ideológica no espectro esquerda x direita ou de comportamento em relação ao Executivo – oposição x situação. Para tanto, os dados serão ordenados em sociogramas que indicam a aproximação entre os parlamentares. Nas figuras geradas, uma aproximação (ligação) entre os partidos ou entre os grupos governistas e opositores pode indicar lógica. Responder a essas questões exige a adoção de alguns parâmetros, apresentados a seguir:

- 1) Foram consideradas apenas as 89 votações da legislatura de 1999 a 2003 que geraram um resultado final, ou seja, verificações de votação e votações nominais aprovadas ou rejeitadas;
- 2) Foram considerados apenas os parlamentares que exerceram seus mandatos do início ao fim da legislatura, ou pelo menos estiveram empossados em todas as 89 votações selecionadas, a despeito do fato de terem faltado àquela decisão;
- 3) Foram contabilizados, num primeiro momento, apenas os parlamentares que se mantiveram fieis às suas respectivas legendas ao longo dessas 89 votações. Nesse caso, o objetivo foi criar um núcleo central de deputados fieis aos seus partidos ao longo de todo o período de votações;
- 4) Feitas essas ressalvas chegou-se a um conjunto de 59 parlamentares: chamado de “núcleo central” da Assembleia Legislativa.

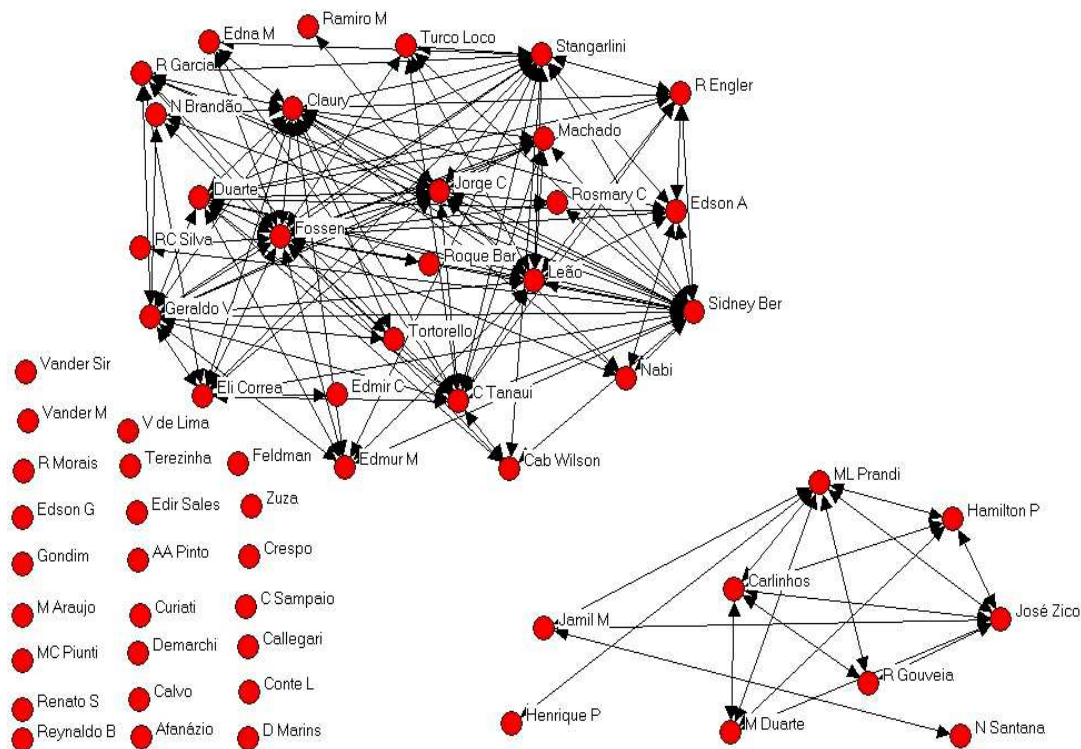
A divisão partidária, o tamanho da bancada e os respectivos nomes desses parlamentares são: PC do B – 2 deputados – Jamil Murad e Nivaldo Santana; PDT – 1 deputado - Geraldo Vinholi; PFL – 6 deputados – Afanázio Jazadji, Caldini Crespo, Edmir Chedid, Eli Correa Filho, Rodrigo Garcia e Terezinha da Paulina; PL – 4 deputados - Arthur A. Pinto, Edir Sales, Marcio Araújo e Ramiro Meves; PMDB – 2 deputados – Jorge Caruso e Rosmary Corrêa; PPB – 6 deputados - Aldo Demarchi, Salim Curiati, Conte Lopes, Daniel Marins, Edson Gomes

e Reynaldo de Barros; PPS – 2 deputados - Marquinhos Tortorello e Roberto Morais; PRP – 1 deputado - Zuza Massih; PSB – 2 deputados - Alberto Calvo e César Callegari; PSD – 1 deputado – Nabi Chedid; PSDB – 16 deputados – “Turco Louco”, Ary Fossen, Carlos Sampaio, Célia Leão, Duarte Nogueira, Edmur Mesquita, Edson Aparecido, José Stangarlino, Maria do Carmo Piunti, Roberto Engler, Rodolfo Costa e Silva, Sidnei Beraldo, Wanderley Macris, Walter Feldman, Vaz de Lima, e Cabo Wilson Morais; PT – 9 deputados - Carlinhos Almeida, Hamilton Pereira, Henrique Pacheco, José Zico Prado, Mariângela Duarte, Maria Lúcia Prandi, Renato Simões, Roberto Gouveia e Wanderlei Siraque; PTB – 6 deputados - Campos Machado, Celso Tanauí, Claury Alves Silva, Edna Macedo, Nilton Brandão e Roque Barbieri; PV – 1 deputado - Luis Carlos Gondim.

As posições desses deputados estaduais em cada uma das 89 votações nominais ou verificações de votação foram analisadas. A partir desses resultados foi gerada uma matriz deputados x deputados onde as células foram preenchidas com a quantidade de votações em que os deputados se posicionaram da mesma forma, ou seja, se votaram igualmente: SIM, NÃO ou ABSTENÇÃO. As ausências foram ignoradas, pois apesar de alguns partidos adotarem tal postura intencionalmente, não é possível supor que elas se deram pelos mesmos motivos. Concluída essa matriz, uma nova relação de cruzamentos foi gerada, com o intuito de desvendar, em cada célula, o percentual de posicionamentos que os deputados se comportaram em relação aos seus colegas de Assembleia. Por fim, foram adotados alguns percentuais de corte para indicar a “proximidade de posicionamento” entre os parlamentares. Isso significa que se um parlamentar se comportou como o outro em X% de suas votações eles teriam ligação. Os resultados desses cruzamentos, quando lançados em *software* específico, geram como saída um sociograma que pode indicar a aproximação.

A figura 1 mostra o resultado de um sociograma onde foi considerado como percentual de corte 65% de posicionamentos iguais para se estabelecer uma ligação. Quando testados percentuais inferiores (60% e 55%) os resultados não apresentaram grandes alterações, e no caso de percentuais superiores a figura fica bastante escassa e perde significado – sobretudo em virtude das ausências.

Figura 1 – Sociograma do núcleo central – percentual para ligação 65%



Destaca-se na figura acima a existência de duas redes, uma mais densa e outra composta por um número menor de deputados e ligações. Não há qualquer ponto responsável por uma ligação entre as duas. Uma possível racionalidade ideológica parece abrir espaço para um posicionamento em relação ao governo estadual, reforçando tese de Abrucio (1998) que entende que nos parlamentos estaduais existem dois tipos de posicionamento: contrário ou favorável ao governador, com destaque e peso maior ao último.

Na rede mais densa estão contidos parlamentares da base governista. O PSDB - partido do governador de São Paulo - tem 11 parlamentares. O PMDB apresenta dois deputados e o PTB é representado por seus seis parlamentares do núcleo central. Com um parlamentar cada, ainda aparecem: o PPS, o PSD, o PDT e o PL. Nesse caso é interessante destacar que essa rede é composta pela base de sustentação dos governadores de São Paulo¹ na ALESP, com destaque para: o PSDB, o PTB e o PFL. Na segunda rede da figura 1 aparecem, principalmente, sete deputados do PT e dois do PC do B, responsáveis por uma oposição mais marcante ao governo do estado.

No que diz respeito ao espectro esquerda x direita, a lógica não é tão visível assim. Partidos de esquerda como o PPS e o PDT, por exemplo, têm representantes na rede de sustentação do governo do estado, reforçando o caráter governista dos parlamentos nacionais, algo apontado por Dantas (2007) em atmosfera municipal e estadual. O PT e o PC do B se ligam

numa rede exclusivamente de esquerda, mas o Partido dos Trabalhadores tem deputados isolados, assim como o PSB e o PPS. A direita está contida na base governista com alguns parlamentares do PL e do PFL, e com todos os deputados do PTB - mas o PPB está isolado. O centro (PMDB e PSDB) está unido em torno da base governista, mas esse segundo tem parlamentares isolados, mesmo sendo a legenda do governador.

Os deputados que aparecem sem qualquer ligação (isolados) são, na maioria das vezes, aqueles que não compareceram a um número significativo das 89 votações selecionadas. Apenas cinco deles tiveram comparecimento superior a 70%, sendo que oito não compareceram nem à metade delas. Nesse grupo de cinco deputados alguns destaques são importantes: César Callegari e Alberto Calvo, os únicos representantes do PSB, não têm ligação entre si, e não incluem o partido em nenhuma das duas redes (oposição ou situação). Vanderlei Siraque, do PT, destoa do comportamento comum ao partido, tendo estado presente a mais de 75% das votações e ficado de fora da rede da oposição. Conte Lopes aparece isolado porque, apesar de bastante presente, não tem a companhia de seus colegas de PPB no plenário. Luis Carlos Gondim pode ter seu isolamento justificado por ser o único representante do Partido Verde – mesmo destino do ausente Zuza Massih. Os outros representantes únicos – Geraldo Vinholi (PDT) e Nabi Chedid (PSD) – estão na rede governista. No teste feito com 60% de posicionamentos iguais, ao invés de 65% como apresentado na figura 1, três deputados são incluídos em uma das duas redes: Siraque (PT) entra na rede da oposição, Vaz de Lima (PSDB) e Luiz Carlos Gondim (PV) entram na rede de apoio ao governo estadual.

A divisão mais forte entre situação e oposição pode ser explicada pelo aparente controle que o Poder Executivo exerce sobre o Poder Legislativo estadual. De acordo com Abrucio, Teixeira et. al. (2001) e Diniz e Praça (2004), o Poder Executivo tem uma taxa de aprovação aos seus projetos superior a 70%, e costuma apresentar propostas de natureza mais relevante em termos de políticas públicas. Enquanto o Poder Legislativo destina sua produção a homenagens, datas comemorativas e declarações de utilidade pública, o Poder Executivo concentra suas proposições em questões tributárias, pedidos de autorização para transferência de imóveis, etc. Esse sucesso do Poder Executivo pode ser explicado pela maior complexidade e quantidade de pontos da rede situacionista em relação à rede da oposição.

O ideal seria isolar as votações dos projetos de iniciativa do Poder Executivo, mas os dados disponibilizados pela Assessoria Técnica da Mesa Diretora da ALESP não permitem esse tipo de exercício. A despeito dessa limitação, a questão acerca do comportamento dos parlamentares parece respondida: o posicionamento é em relação ao governo e não ao espectro ideológico no caso específico da legislatura apontada, sendo possível esperar que tal comportamento se repita em outros anos e outros parlamentos.

¹ Mario Covas foi reeleito em 1998 e faleceu em 2001, sendo substituído por Geraldo Alckmin, seu vice.

3 Infidelidade Partidária

Nessa segunda parte do trabalho, o objetivo é detectar se a infidelidade partidária altera de maneira significativa o sociograma do núcleo central do Poder Legislativo estadual. Tal verificação pode ser representada com a seguinte questão: a infidelidade partidária altera o posicionamento do parlamentar dentro de seu sociograma nas votações? E, conseqüentemente, o desenho do sociograma da ALESP? Para obter respostas para essas questões alguns procedimentos metodológicos foram adotados:

- 1) Houve um período de mudanças significativas na ALESP, exatamente no meio da legislatura. Tal período coincide com as eleições municipais de 2000. Dessa forma, entre janeiro e março de 2001, o Legislativo estadual passou por alterações profundas em sua composição: 12 deputados mudaram de partido, 5 parlamentares foram eleitos prefeitos e 3 nomeados secretários. Como tais alterações podem influir diretamente no núcleo central, pois é possível supor que algumas relações se modificam na ALESP, os 89 projetos analisados ao longo da legislatura foram divididos em dois grupos: até dezembro de 2000 (53 votações) e de maio de 2001 até o término da legislatura (32 votações). As figuras 2 e 3, que utilizam os mesmos critérios apresentados na figura 1, mostram eventuais alterações;
- 2) Analisadas as possíveis mudanças no núcleo, que podem ser explicadas pelas alterações ocorridas após as eleições municipais, os parlamentares que promoveram tais modificações serão analisados. Apesar de outros deputados terem mudado de partido em momentos diferentes desse - o que ocorreu 14 vezes ao longo da legislatura - a ênfase da análise será dada ao grupo de doze deputados que mudaram de partido nos primeiros meses de 2001. Como se comportam em seus novos partidos? Existe diferença nos sociogramas entre o primeiro e o segundo período? Nesses casos, serão mostradas as figuras individuais desses representantes e como se comportam em relação ao que chamamos de núcleo central da ALESP.
- 3) As mudanças e as novas configurações serão apresentadas em relação ao núcleo central da Assembleia acrescido dos parlamentares que mudaram de partido no período enfatizado. São eles: Cícero Freitas, Edson Ferrarini, Faria Júnior, José Rezende, Luiz Gonzaga Vieira, Milton Vieira, Nelson Salomé, Pedro Mori, Rafael Silva, Salvador Khuriyeh e Willians Rafael. Nesse caso, como Milton Vieira e José Rezende tiveram mais de uma troca de partido ao longo da legislatura eles serão desconsiderados. O grupo será composto então por dez parlamentares.

Figura 2 – Sociograma do núcleo central – percentual para ligação 65% - 1º Período

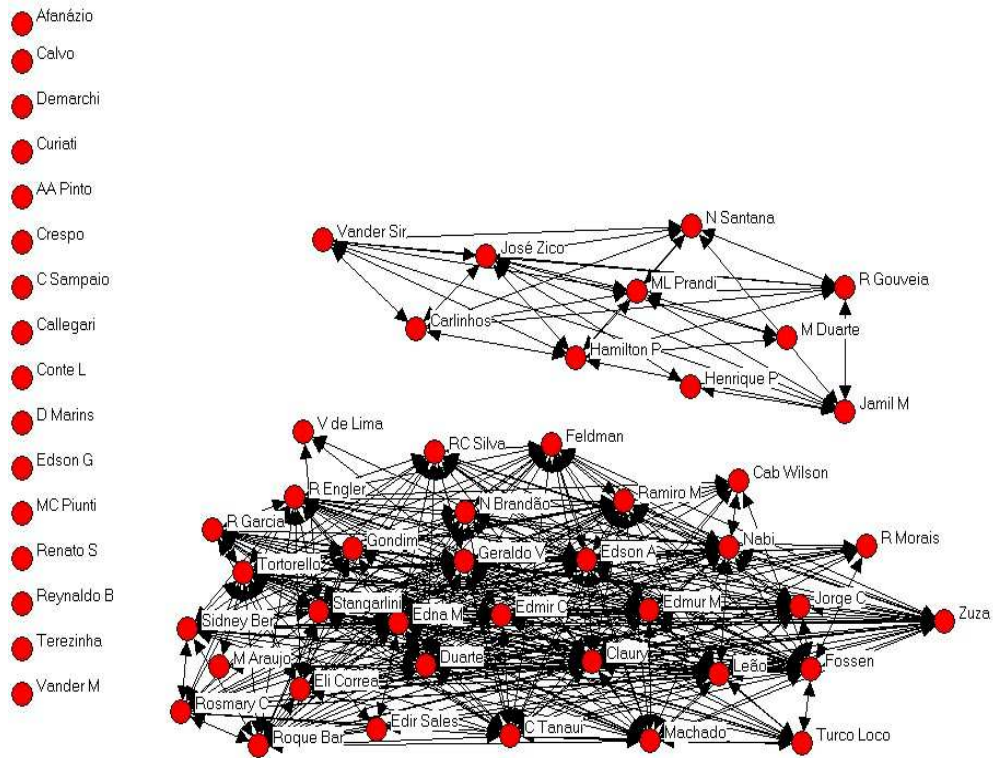
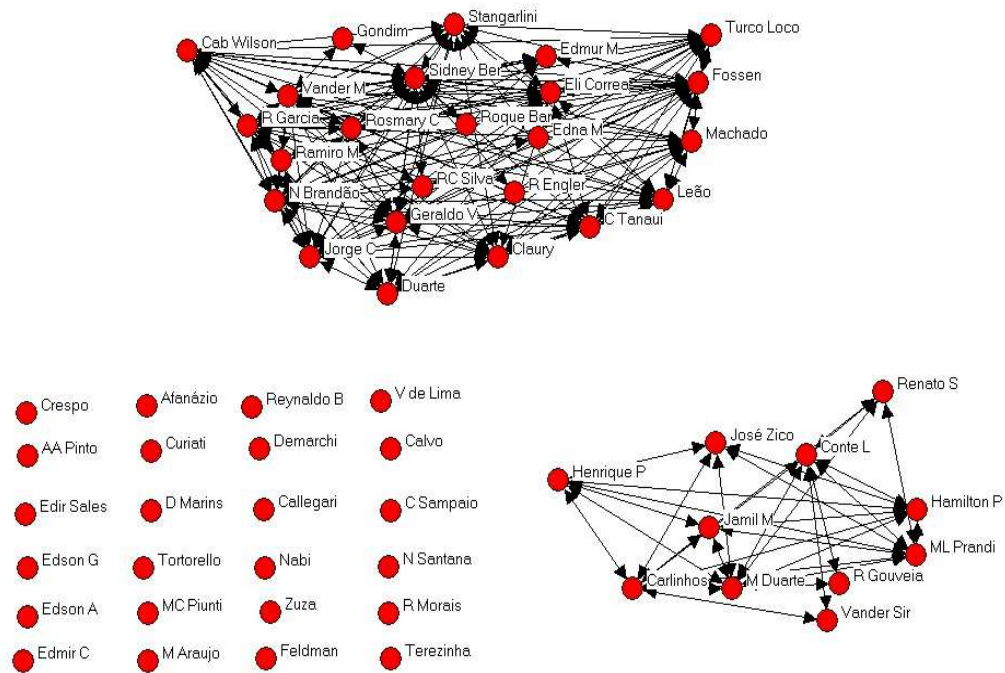


Figura 3 – Sociograma do núcleo central – percentual para ligação 65% - 2º Período



Tanto na figura 2 quanto na figura 3 alguns fenômenos continuam sendo verificados em relação à figura 1. A oposição ao governo estadual continua sendo mantida pelos parlamentares

do PT e do PC do B, se bem que na figura 3 Nivaldo Santana (PC do B) aparece isolado e o deputado Conte Lopes (PPB), da direita, passa a se comportar como os oposicionistas. Na figura 2, a rede governista é mais densa, composta por um número de pontos e ligações maior, enquanto o desenho da oposição tem um ponto a menos. Na figura 2, é possível enxergar 16 parlamentares isolados, na figura 3 esse número sobe para 24. Quando comparados os grupos de parlamentares isolados tem-se o seguinte resultado: em ambas as figuras a presença dos deputados do PPB, do PSB e de parte expressiva do PFL é marcante; na figura 3 a grande maioria dos parlamentares isolados fazia parte da rede governista, sendo possível detectar, inclusive, deputados do PSDB – partido do governador. A ausência de um número maior de parlamentares do PFL da rede governista pode ser justificada por razões eleitorais. Em 2000, o PSDB e o PTB lançaram Geraldo Alckmin para a prefeitura da capital, enquanto Romeu Tuma foi indicado isoladamente pelo PFL. O governador Mário Covas substituiu os secretários do PFL no governo estadual, mas alguns parlamentares mantiveram-se na base governistas: Rodrigo Garcia e Eli Correa são casos concretos.

A despeito dessas diferenças, as figuras têm características semelhantes à figura 1: dois grupos são montados, um de oposição ao governo e outro de apoio ao Palácio dos Bandeirantes. No que se chamou de núcleo central da Assembleia, uma parte significativa dos parlamentares não alterou sua posição após o momento de mudanças pelo qual passou o Legislativo estadual. O percentual de deputados que ocupam posições diferentes nas figuras é de aproximadamente 25%, um número expressivo, mas que mantém a tendência da figura 1 e comprova a lógica defendida por Abrucio, Teixeira et. al. de que a ALESP posiciona-se em relação ao governo estadual.

Apresentados os resultados antes e depois de um período significativo de mudanças, é interessante adicionar a esse núcleo central os dez parlamentares que mudaram de partido. Nesse caso, quando feita a repartição de acordo com os dois períodos utilizados nas figuras 2 e 3, o resultado aponta diferenças. Isso significa dizer que a infidelidade partidária seria capaz de promover mudanças no desenho dos sociogramas de comportamento dos parlamentares. Daí para esse movimento representar alterações significativas na governabilidade e na estrutura que o governo estadual construiu dentro da Assembleia existe uma diferença significativa, que será discutida na conclusão desse trabalho. As figuras 4 e 5 trazem os sociogramas nos dois momentos utilizados, contendo o núcleo central e os dez parlamentares que mudaram de partido.

Figura 4 – Sociograma do núcleo central e infieis selecionados – 1º Período (65%)

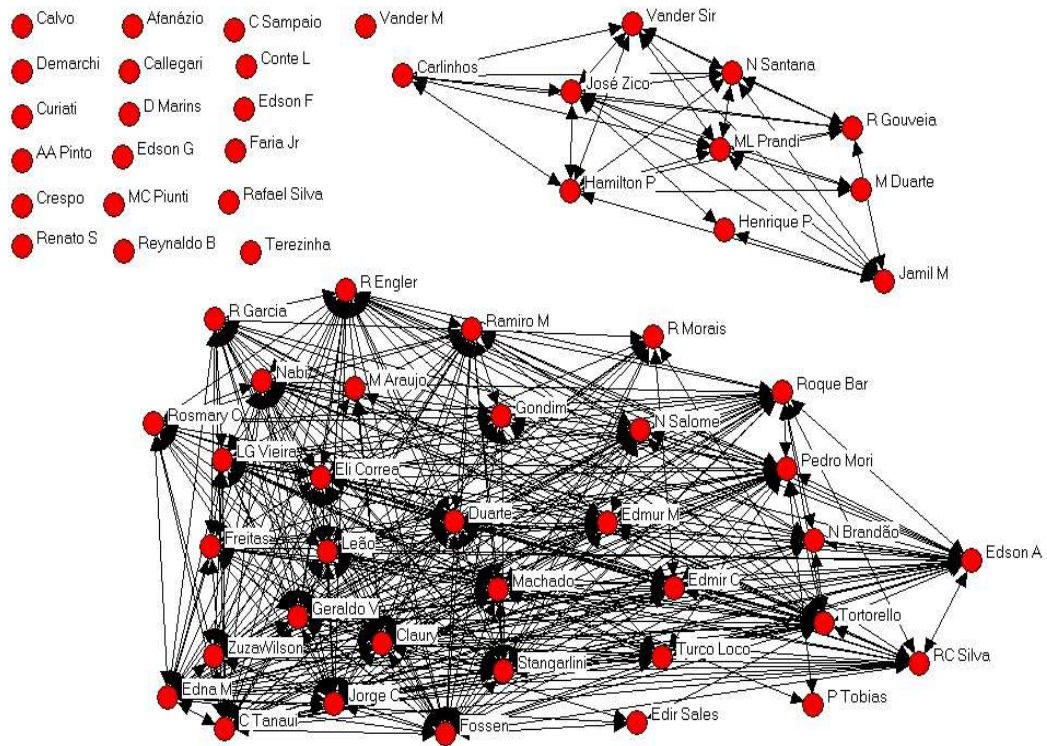
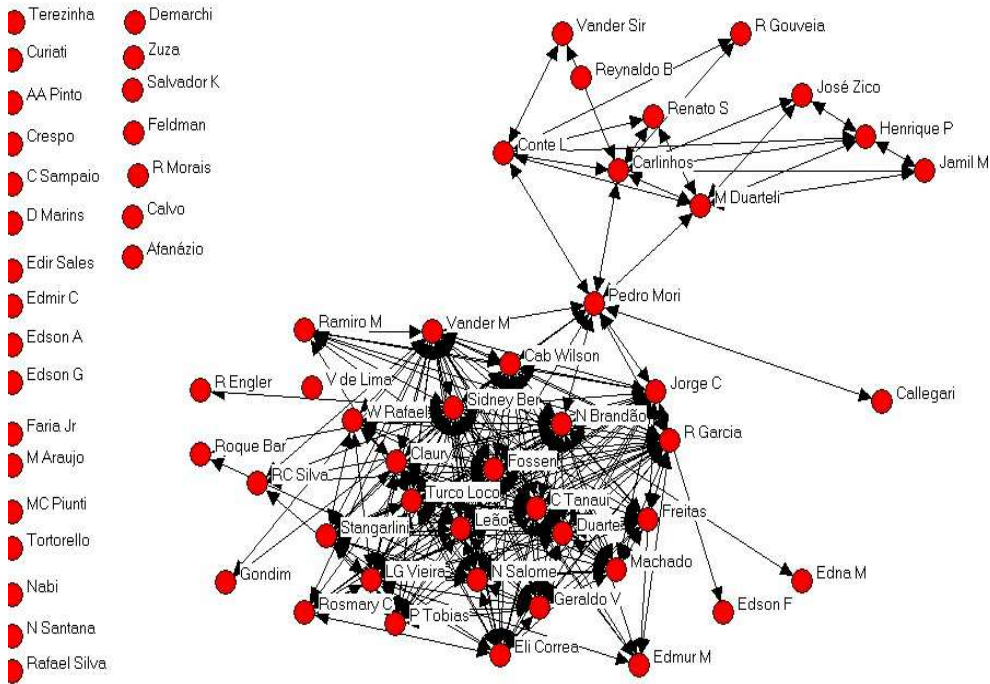


Figura 5 – Sociograma do núcleo central e infieis selecionados – 2º Período (65%)



Como se pode notar na figura 4, os parlamentares isolados são os mesmos da figura 2, acrescidos de três dos dez deputados que mudaram de partido: Rafael Silva, Faria Júnior e Edson Ferrarini. A situação é um pouco diferente na figura 5, porque alguns daqueles parlamentares que trocaram de legenda são responsáveis por ligações únicas com representantes que estavam isolados na figura 4, por exemplo: Pedro Mori é a única ligação com César Callegari (ambos do mesmo partido a partir desse instante - PSB).

A figura 5 se distingue da figura 3, e a principal diferença é a junção dos dois grupos. Situacionistas e opositoristas são unidos por Pedro Mori, que no primeiro momento estava no PDT, migrando para o PSB. Na nova legenda, o deputado passa a ter um papel central, servindo como único elo entre posições até então separadas.

Outra forma de entender qual o impacto das mudanças partidárias é analisar os sociogramas individuais dos parlamentares infieis antes e depois da troca de legenda. Uma mudança significativa pode indicar que a alteração tem papel decisivo, uma manutenção do desenho anterior pode apontar que não há diferenças nas alterações. Nesse caso, é importante salientar que as críticas a respeito da infidelidade partidária recaem sobre o caráter desestabilizador da regra, o que pode não ocorrer de fato.

Quadro 2 – Migração partidária dos parlamentares selecionados e situação na rede

Parlamentar	Origem	Posição na figura 4	Destino	Posição na figura 5
Cícero Freitas	PFL	Base governista	PTB	Base governista
Edson Ferrarini	PL	Isolado	PTB	Base governista
Faria Júnior	PMDB	Isolado	PL	Isolado
Luiz Gonzaga Vieira	PDT	Base governista	PSDB	Base governista
Nelson Salomé	PL	Base governista	PSDB	Base governista
Pedro Mori	PDT	Base Governista	PSB	ELO
Pedro Tobias	PDT	Base governista	PSDB	Base governista
Rafael Silva	PDT	Isolado	PSB	Isolado
Salvador K.	PDT	Base governista	PSB	Isolado
Willians Rafael	PL	Base governista	PTB	Base governista

De acordo com o quadro 2, não houve migração da base governista para a oposição, e nenhum movimento inverso. No primeiro caso, o fenômeno pode ser justificado pelo governismo, algo bastante debatido em Dantas (2007). Em metade dos casos, o parlamentar apenas mudou de partido dentro da base de sustentação do governo estadual. Outros dois parlamentares mudaram de partido e se mantiveram isolados, enquanto um saiu da situação para o isolamento e outro do isolamento para a situação. O décimo deixou a base governista para ocupar posição central na rede, servindo como o único elo entre a situação e a oposição. O que tais movimentos representam? Algum parlamentar alterou radicalmente sua posição nas configurações? Os principais sociogramas individuais, nos dois períodos selecionados, serão

apresentados a seguir. Importante salientar que Faria Júnior e Rafael Silva mantiveram-se isolados nos dois períodos, portanto não existem figuras individuais. Edson Ferrarini deixou a posição de isolamento no primeiro período para, no segundo momento, ligar-se unicamente a Jorge Caruso (PMDB) e tal representação, bastante simples, não será apresentada. No caso de Salvador K., que partiu de uma situação de base para o isolamento, a figura pouco complexa de sua rede individual também não será apresentada.

Figura 6 – Rede individual de Cícero Freitas – 1º período - PFL

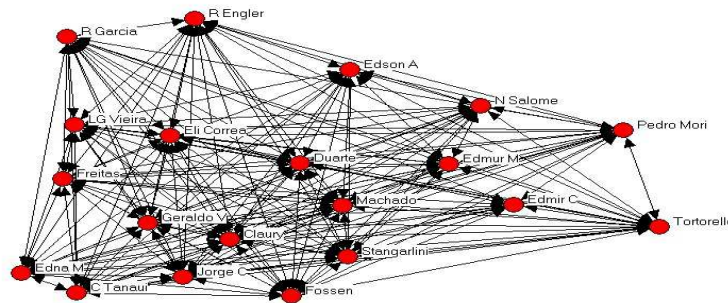
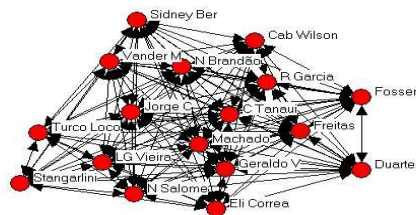


Figura 7 – Rede individual de Cícero Freitas – 2º período - PTB



A figura 6 contém uma quantidade de parlamentares maior que a figura 7, mas o deputado Cícero Freitas continua inserido na base de apoio ao governo e as ligações mostram-se bastante complexas. É importante salientar que os dez deputados que mudaram de partido entre o primeiro e o segundo períodos não foram retirados das redes individuais, o que faz com que os resultados sejam interpretados como parte integrante de um conjunto de mudanças. Ou seja, ao mesmo tempo em que Cícero Freitas mudou de partido, outros nove parlamentares tomavam

atitude idêntica. No caso desse parlamentar é importante lembrar que ele rompe com o PFL e migra para o PTB justamente no momento em que seu ex-partido sai do governo.

Figura 8 - Rede individual de Luiz Gonzaga Vieira – 1º período - PDT

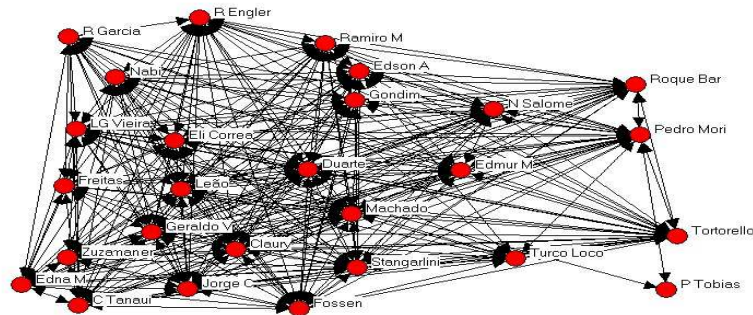
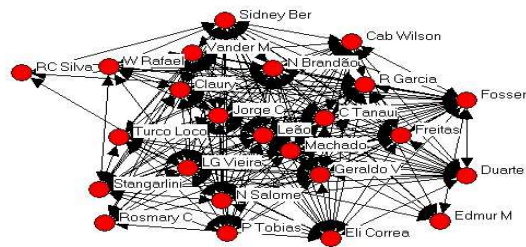


Figura 9 - Rede individual de Luiz Gonzaga Vieira – 2º período - PSDB



A mudança de Luiz Gonzaga Vieira para o partido do governo do estado, detentor da maior bancada, não alterou de maneira significativa seu sociograma. Em ambos os casos o deputado está ligado à base de sustentação do Executivo, e nas duas figuras suas relações resultam em um desenho bastante complexo. No caso da figura 8, a quantidade de deputados é maior, e aparecem alguns parlamentares de partidos de esquerda que apoiam o governo. Na figura 9 surgem parlamentares de partidos de direita, mas o desenho é igualmente complexo e tem relação com a base governista.

Figura 10 - Rede individual de Nelson Salomé – 1º período - PL

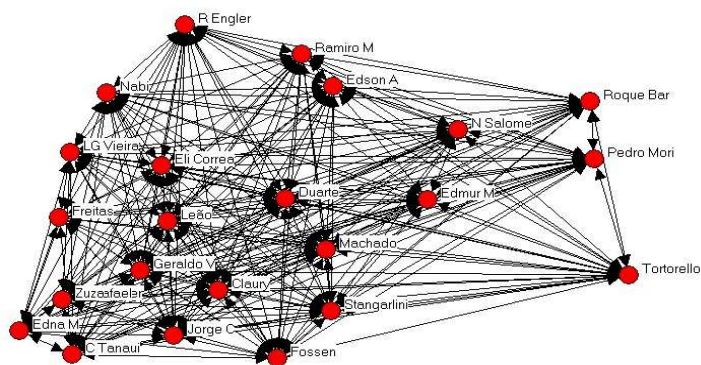
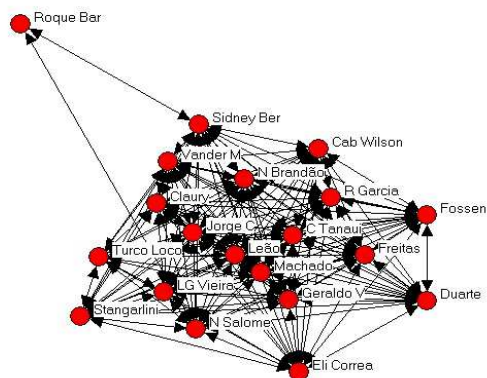


Figura 11 - Rede individual de Nelson Salomé – 2º período - PSDB



O resultado da análise das figuras relacionadas ao deputado Nelson Salomé não é muito diferente de Luiz Gonzaga Vieira. O ingresso no partido do governo do estado o manteve na base governista, mas a quantidade de deputados diminuiu. Uma leitura meramente intuitiva do fenômeno pode apontar que dentro do PSDB ambos os parlamentares perderam espaço dentro da rede. Mas não é possível determinar exatamente o que significa perder espaço dentro dessa relação de votações.

Figura 12 - Rede individual de Pedro Tobias – 1º período - PDT

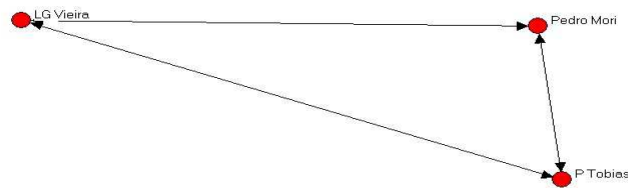
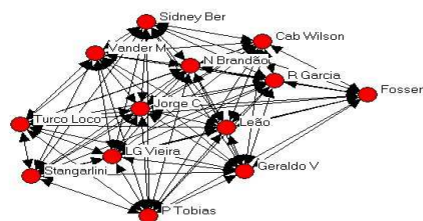


Figura 13 - Rede individual de Pedro Tobias – 2º período – PSDB



Pedro Tobias seguiu exatamente o mesmo caminho de Luiz Gonzaga Vieira, inclusive em sua alteração não deixou de estar na base de sustentação do governo. No seu caso, porém, seu sociograma mudou de maneira significativa. De poucas ligações (duas) com parlamentares infieis (Pedro Mori e Luiz Gonzaga Vieira), o parlamentar passou a agir dentro de uma complexa rede no segundo período. Ao que tudo indica, a mudança representou um novo posicionamento. Como os outros dois parlamentares da figura 12 mudaram de partido, é possível notar que a dinâmica presente nas movimentações resulta relações diferentes. Pedro Tobias, Pedro Mori e Luiz Gonzaga Vieira eram do mesmo partido, o PDT. No segundo momento, Luiz Gonzaga Vieira e Pedro Tobias migraram para o PSDB, enquanto Pedro Mori foi para o PSB. Os dois primeiros mantiveram ligação, o terceiro não aparece em nenhuma das duas redes. O interessante é que enquanto faziam parte do PDT o índice de coesão partidária era

de aproximadamente 77% na legenda e 85% entre os três, o que reforça o argumento, nesse caso, de que o partido exerce significativa influência sobre o comportamento do parlamentar.

Figura 14 - Rede individual de Willians Rafael – 1º período – PL

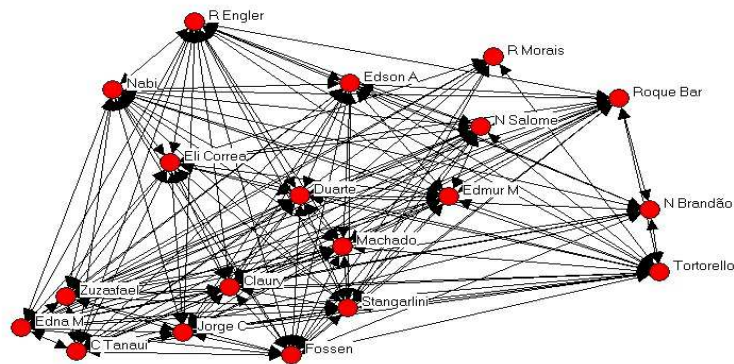
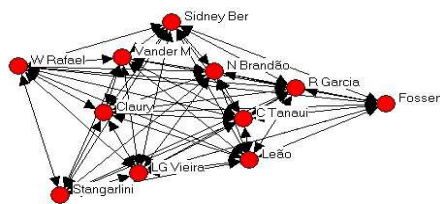


Figura 15 - Rede individual de Willian Rafael – 2º período – PTB



O fenômeno ocorrido com Willians Rafael é bastante semelhante ao verificado com Nelson Salomé. A saída do PL e o ingresso no PTB, que apoiava de maneira consistente o governo estadual, parece ter resultado num desenho menos complexo, com quantidade inferior de ligações e pontos. A despeito dessa ocorrência é importante salientar que a diferença entre os períodos pode sofrer a influência de outras variáveis que expliquem essa simplificação. A migração partidária é apenas um dos possíveis fenômenos que podem justificar alterações.

Importante salientar, quando observamos as figuras 2 e 3, que a base governista se enfraqueceu em relação à complexidade das relações.

Figura 16 - Rede individual de Pedro Mori – 1º período – PDT

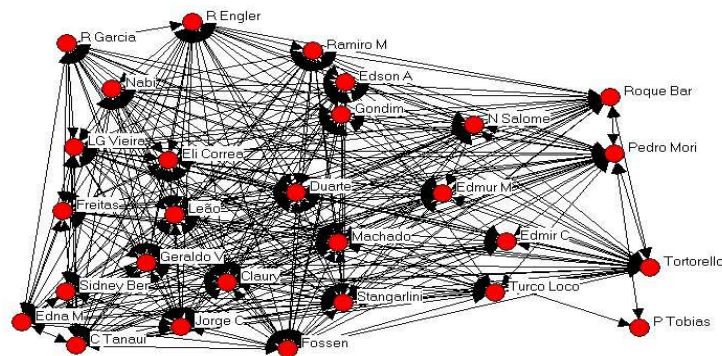
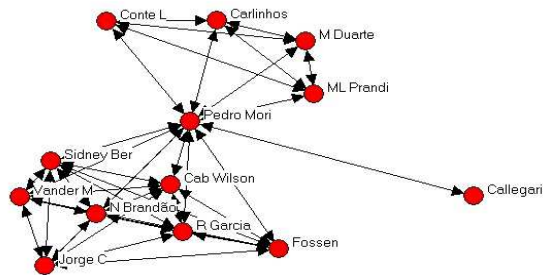


Figura 17 - Rede individual de Pedro Mori – 2º período – PSB



A migração do deputado Pedro Mori traz o resultado mais surpreendente dessa série comparativa entre períodos. O parlamentar parte de uma configuração extremamente complexa na base governista, para se transformar em elo único entre a situação e a oposição ao governo estadual. Apesar da posição central, o número de pontos e ligações no segundo período é inferior ao primeiro, mas o posicionamento deve ser entendido como bastante relevante. É importante destacar que Pedro Mori ocupou posições importantes na ALESP ao longo desse segundo período: foi líder do PSB, membro da Comissão de Constituição e Justiça, Presidente

da Comissão de Administração Pública e Vice-Presidente da Comissão dos Direitos Humanos – em 2002 não se reelegeu.

A análise proposta acima utilizando sociogramas mostrou que nos sete casos destacados há mudanças que oscilam entre brandas e significativas. As perguntas lançadas nessa parte do trabalho podem ser respondidas com um duplo SIM, ou seja, a migração partidária altera a rede de relações do deputado e, também, a rede da ALESP. Mas até que ponto essas alterações impactam nos resultados finais das votações? Essas modificações alteram a lógica existente entre situação e oposição ao governo estadual? Qual o peso da migração partidária nas mudanças? Ocorrências eleitorais, como a saída do PFL do governo, mostraram ter influência sobre o resultado das figuras. A despeito dessas alterações, é possível supor que a existência de um núcleo central de deputados parece responsável pela manutenção de um desenho bastante estável, o que corrobora argumentos de estabilidade governista nos legislativos de maneira geral.

4 Conclusão

O exercício aqui proposto teve por intuito maior verificar a coesão partidária na ALESP e analisar as relações existentes entre os parlamentares em suas votações no Legislativo estadual. A escolha da Assembleia pode ser explicada pelo pequeno interesse que os legislativos estaduais despertam na Ciência Política brasileira, como adiantou Diniz e Praça (2004), entre outros.

De acordo com os dados verificados, foi possível concluir que a instabilidade partidária, que atingiu uma quantidade significativa de parlamentares – um quarto deles mudou de partido ao longo de toda a legislatura, número próximo ao que Melo (2000) encontrou na Câmara dos Deputados -, não parece capaz de abalar a estabilidade da bancada governista e tampouco a coesão partidária. De acordo com Costa e Oliveira (1998), “a instabilidade partidária não prejudica a estabilidade da base de apoio parlamentar ao governo; ao contrário, a possibilidade de poder mudar de legenda a qualquer momento (...) é fundamental para a sobrevivência política (...) e também para a formação de maioria governista”. Tal apoio da Assembleia Legislativa ao governo estadual é justificado por Abrucio (1998) como consequência institucional. A Constituição de 1988 garantiu condições especiais aos executivos estaduais, e os partidos locais tornaram-se organizações enfraquecidas, que têm “apenas” a opção de compor grupos de apoio ou oposição. Tal argumento é reforçado em Abrucio, Teixeira et. al. (2001), que chamam o

sistema paulista de ultrapresidencialismo, afirmando que o Executivo domina amplamente as ações na ALESP².

Para concluir o trabalho é interessante propor um último exercício. Aproveitando a alta taxa de coesão partidária, como os partidos respondem às profundas mudanças ocorridas no início de 2001? A migração partidária simultânea de doze deputados e a saída de oito representantes, com a chegada de seus suplentes, alteram os indicadores de coesão? As respostas serão dadas utilizando os partidos que mantiveram, ao longo de toda a legislatura, pelo menos três parlamentares na Assembleia Legislativa.

Quadro 3 – Coesão partidária nos períodos analisados – voto em relação à maioria (%)

Partido	1º Período	2º Período
PFL	75,47	72,22
PL	71,89	65,42
PPB	67,12	65,00
PPS	78,93	68,08
PSDB	70,07	73,89
PT	72,24	77,46
PTB	79,34	68,22

Após as significativas alterações ocorridas entre o primeiro e o segundo períodos analisados³ é possível notar que se mantiveram expressivas as taxas de coesão partidária. No caso do quadro 3, foi utilizado o mesmo dado da segunda linha do quadro 1, ou seja, como o parlamentar se comportou em relação à maioria do partido, a despeito de eventuais ausências – que, como foi mostrado, diminuem as médias obtidas. No comparativo entre os períodos o PFL, o PL, o PPB, o PPS e o PTB tiveram queda em suas médias de coesão, mas mesmo esse último, que teve uma diminuição de onze pontos percentuais, manteve um grau razoável de união. O PT e o PSDB assistiram ao crescimento de suas médias, o que provavelmente acentua a posição de maior representante da oposição e partido do governo estadual, respectivamente.

Os argumentos que sustentam que a ALESP é uma arena de disputas entre situação e oposição parece bastante presente nos argumentos apresentados no trabalho e a coesão partidária se revela significativa. O fenômeno, comprovado nos estados, pode ser visualizado na Assembleia Legislativa paulista. A despeito desse fenômeno, e das disputas em torno do posicionamento diante do governo estadual – mais forte que o espectro ideológico – a migração partidária mostrou-se capaz de promover algumas alterações. Não que os dados discutidos a

² Esse argumento, testado com os dados a respeito das votações nominais e verificações de votação colhidos na ALESP, precisavam apresentar o autor do projeto votado. Dessa forma, seria possível supor se o governo paulista realmente dá as cartas na Assembleia Legislativa, o que os sociogramas apenas permitem intuir, apesar de a grande maioria dos projetos votados serem de iniciativa do Executivo, reforçando a tese apresentada.

tenham isolado totalmente como fenômeno, mas é possível supor que ela exerça influência sobre o comportamento dos parlamentares em votações.

Para finalizar a análise, o quadro 4 mostra dados que reforçam os argumentos de que a ALESP é uma arena de disputas entre oposição e situação. Os líderes dos partidos situacionistas – lembrando que PSDB, PTB e PFL eram as principais legendas da base do governo – votaram com o PSDB (líder da situação) em mais de dois terços das votações, são os casos do: PFL, PL, PMDB, PPS, PDT e PTB. Enquanto isso, os líderes de oposição votaram com o PT (líder da oposição) em mais de dois terços de suas respectivas votações, destaques para o PC do B e para o PSB. No caso dessa última legenda os parlamentares não aparecem na rede de oposição porque o índice de adesão à posição do líder é um dos menores, perdendo apenas para o PPB.

Quadro 4 – Percentual de votações em que os líderes votaram juntos

PSDB	LÍDER	PT	LÍDER
PTB	73,03	PC do B	76,40
PDT	73,03	PSB	67,42
PPS	71,91	PDT	53,93
PMDB	69,66	PPB	48,31
PL	68,54	PSDB	47,19
PFL	67,42	PPS	47,19
PPB	50,56	PMDB	43,82
PT	47,19	PFL	42,70
PSB	46,07	PTB	41,57
PC do B	42,70	PL	39,33

Em certo sentido, as questões propostas no início do trabalho encontraram respostas nos dados apresentados. Uma análise acurada de como alguns outros fenômenos institucionais pode causar impacto no funcionamento do Poder Legislativo deve fazer parte de outros estudos. Por exemplo, qual o impacto da suplência no desenho das figuras?

Referências

- ABRUCIO, Fernando L. O Ultrapartidarismo estadual. In: ANDRADE, Regis de Castro (org.) **Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo**. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1998.
- ABRUCIO, Fernando L.; TEIXEIRA, Marco Antonio C.; COSTA; Valeriano M. F. O papel institucional da Assembleia Legislativa paulista: 1995 a 1998 In: SANTOS, Fabiano (org.) **O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. São Paulo: FGV Editora, 2001.
- COSTA, Valeriano; OLIVEIRA, Carlos. A fraqueza da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. In: ANDRADE, Regis de Castro (org.) **Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo**. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1998.
- DANTAS, Humberto. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. São Paulo, 2007. Tese de doutorado em Ciência Política apresentada a USP.

3 É importante destacar que a despeito dessas mudanças, outras, da mesma natureza, ocorreram ao longo do primeiro e do segundo períodos. A ALESP teve, ao longo de toda a legislatura analisada, 113 deputados, sendo que 26 mudaram de partido.

- DINIZ, Simone; PRAÇA, Sérgio. Processo legislativo nas três esferas do sistema político brasileiro, MIMEO, relatório de estudos do Movimento Voto Consciente, 2004.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.
- MELO, Carlos R. F. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 2, 2000, p. 207-239.
- SANTOS, F. ; VILAROUCA, M. **Relatório Primeiro Ano Do Governo Lula: Alinhamento partidário, trocas de legenda e (in)disciplina partidárias**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2004.